

2.º	PUBLICADO NO D. S. 01
C	De 05/08/1999
C	<i>Solutivo</i>
	Rúbrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10850.001600/96-62  
Acórdão : 201-72.373

Sessão : 10 de dezembro de 1998  
Recurso : 104.975  
Recorrente : WALDEMAR CALIL KFOURI  
Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

**CONTRIBUIÇÃO À CNA E CONTAG** - A cobrança das contribuições citadas está constitucional e legalmente amparada, devendo ser a mesma mantida. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por: WALDEMAR CALIL KFOURI.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Geber Moreira.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1998

Luiza Helena Galante de Moraes  
**Presidenta**

Rogério Gustavo Dreyer  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Valdemar Ludvig, Serafim Fernandes Corrêa, Ana Neyle Olípio Holanda, Jorge Freire e Sérgio Gomes Velloso.

Cmf/FCLB-MAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10850.001600/96-62

**Acórdão :** 201-72.373

**Recurso :** 104.975

Recorrente : WALDEMAR CALIL KFOURI

### RELATÓRIO

O recorrente insurge-se contra o valor da contribuição à CNA E CONTAG, cobrada conjuntamente com o ITR relativo aos exercícios de 1992 e 1994, alegando que a colheita é feita por trabalhadores pertencentes às cooperativas, onde já está embutida a contribuição à CONTAG. Quanto à contribuição para a CNA alega que, não é obrigado a filiar-se à entidade de classe, citando norma constitucional.

De fls. 04, declaração da autoridade preparadora, dando conta do desentranhamento da documentação relativa ao exercício de 1995, para a formação de processo próprio.

Na decisão recorrida a autoridade julgadora mantém a exigência das contribuições guerreadas, citando jurisprudência.

Inconformado o contribuinte recorre ao Colegiado, contestando a contribuição pela sua base de cálculo e territorialidade.

Devidamente intimada, a Procuradoria da Fazenda Nacional, propugna pela manutenção do lançamento.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10850.001600/96-62  
Acórdão : 201-72.373

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

Verifica-se, consoante o relatado, que o contribuinte limitou-se a contestar a cobrança das contribuições à CNA e CONTAG, alegando basicamente não estar sujeito a tais exigências, por não se inserirem em sua base territorial.

Além do consagrado entendimento deste Colegiado quanto à legalidade da exigência e da submissão da Fazenda Pública, à atividade limitada de proceder à sua cobrança, valho-me dos termos bem postados da decisão recorrida, ao apreciar a matéria com a devida propriedade.

Tenho presente, que as contribuições guerreadas não se sujeitam aos aspectos de territorialidade abordados na peça recursal, pelo contribuinte, pois entendo que as mesmas inserem-se entre as elencadas no artigo 149 da CF (Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas), sendo, como tais, devidas.

Isto posto, voto pelo improposito do recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1998

ROGÉRIO GUSTAVO DREYER